



Defensoria Pública  
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos 22 dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às 10h e 00min, na sala de  
2 Sessões do Conselho Superior da Defensoria Pública, situada na Avenida Manoel Dias  
3 da Silva, 831, Edifício João Batista de Souza, 4º andar, nesta Capital, reuniu-se o  
4 Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, sob a  
5 presidência de Dra. Vitória Beltrão Bandeira, Defensora Pública Geral e Presidente do  
6 CSDPE, Renato Amaral Elias, Conselheiro Subdefensor Público Geral, Dr. César  
7 Ulisses Oliveira Monteiro da Costa, Conselheiro Subcorregedor Geral, em substituição  
8 à Dra. Carla Guenem da Fonseca Magalhães, Conselheira Corregedora Geral, Dra.  
9 Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira, Conselheira Titular, Dr. Alexandre Alves de  
10 Souza, Conselheiro Suplente, em substituição ao Conselheiro titular, Dr. Juarez Angelin  
11 Martins, Dr. Clériston Cavalcante de Macedo, Conselheiro Titular, Dr. Gil Braga de  
12 Castro Silva, Conselheiro Titular, Dra. Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão,  
13 Conselheira Titular, Dr. Robson Freitas de Moura Júnior. Presente, ainda, Dra. Soraia  
14 Ramos, Presidente da ADEP/BA, e Sra. Tânia Maria Gonçalves Palma Santana,  
15 Ouvidora Geral. Verificada a existência de quórum, deu-se início à apreciação e  
16 deliberação dos itens da pauta. **Item 01** – Deliberação e aprovação da proposta  
17 orçamentária para o exercício de 2015. A Presidente do CSDPE aduziu que estavam  
18 ansiosos em razão do decurso do tempo sem que tivessem recebido da SEPLAN o  
19 comunicado em relação à cota orçamentária da Defensoria Pública do Estado (DPE).  
20 No dia 08, por volta de meio dia, ao final do expediente em razão do jogo do Brasil  
21 referente a Copa do Mundo/2014, a Administração Superior foi comunicada acerca da  
22 cota orçamentária proposta pela SEPLAN para o exercício de 2015. Informação essa  
23 que deixou todos impactados diante da redução do seu valor em relação ao corrente  
24 ano. Aduziu ter buscado entrar em contato com outros poderes para saber se havia  
25 ocorrido apenas com a DPE e tomou conhecimento de uma insatisfação geral.  
26 Ressaltou que no Ministério Público (MP) não houve corte, mas também não houve o  
27 incremento solicitado para cobertura das despesas em 2015. Procuraram através das  
28 Diretorias de Orçamento e Geral entrar em contato com especialistas dessa área em  
29 outros Poderes, para saber quais estratégias poderiam utilizar para terem um êxito  
30 maior e não ficarem restritos à cota. Embora o corte não tenha sido tão grande na DPE  
31 quanto o do Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde cortaram cerca de 40 milhões,  
32 segundo informação prestada pelo Presidente, enquanto que na DPE o corte foi em  
33 torno de 10%, cerca de 15 milhões. Consignou ter ficado em princípio indignada, pois o  
34 MP, com a estrutura que já é de conhecimento de todos, não sofreu corte, não obstante  
35 salvo engano não ter havido sequer a correção do valor do ano anterior. A DPE,  
36 Instituição essa ainda em processo de instalação, sofreu redução. Aduziu que de forma  
37 generalizada o Executivo alega que a DPE vem sendo beneficiada, pois tem tido um  
38 incremento acima da média dos outros Poderes e Instituições Públicas na esfera  
39 Estadual. Ressaltou, entretanto, que esquecem que o Judiciário e o MP são Instituições  
40 seculares e a DPE não. Aduziu que embora a DPE tenha alcançado a autonomia a  
41 partir de 2006, em termos de orçamento, percebem que passaram a ter um orçamento

Avenida Manoel Dias da Silva, 831, Edifício João Batista de Souza, 4º andar, sala 406, Pituba, Salvador - Bahia.

*Guilherme Gil Braga*

*[Handwritten signatures and initials]*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

42 inicial relativamente satisfatório como Instituição autônoma apenas a partir de 2011,  
43 pois o orçamento de 2006 à 2011 era ínfimo, na faixa de 30, 40, 60 milhões e só a  
44 partir de 2011 alcançou a faixa de 80 milhões. Ressaltou que no caso da DPE a luta  
45 tem que ser mais aguerrida porque em relação aos outros Poderes, a exemplo do MP,  
46 já se considera como referência orçamentária o limite prudencial 1.9, assim como o  
47 Judiciário 5.4, em relação a folha. Ressaltou que o Judiciário tem uma folha 'gorda',  
48 como eles próprios reconhecem, e por isso tem menos prejuízo na estimativa anual  
49 concernente a sua cota orçamentária. Historicamente folha não tem como deixar de  
50 socorrer por meio de folha suplementar, já que não vão deixar o servidor público sem  
51 receber o salário. Aduziu que a Lei de Diretrizes Orçamentárias/11.07.2014 atualmente  
52 cerceou as necessidades de crescimento orçamentário da DPE/BA. Por outro lado,  
53 esse quadro é agravado por não haver limite prudencial estabelecido em favor da  
54 DPE/BA, e por isso entende ser necessário perseverar e retomar a luta em que houve  
55 o veto Presidencial nesse sentido. Assim sendo, o gestor dentro daquele limite teria  
56 capacidade de manejo. Não tendo, do ponto de vista orçamentário, é tratado ainda  
57 como uma Secretaria de Estado e não como uma Instituição autônoma integrante do  
58 sistema de Justiça. Destaca ainda ter sido concedido à DPE um tempo muito exíguo  
59 para exame da cota apresentada pela SEPLAN, de cerca de uma semana, pois quando  
60 receberam o ofício da SEPLAN foi na semana afetada pela COPA e só na véspera da  
61 sessão puderam finalizar a sua proposta para conhecimento deste Colegiado. Quando  
62 viram a restrição observaram que teriam que verificar a melhor estratégia. Relembrou  
63 que a proposta orçamentária é encaminhada por meio de sistema e programaram de  
64 forma que o sistema só aceita o lançamento dentro da cota limite máxima por eles  
65 estabelecida. Importante ressaltar que a DPE tem que começar a lançar dois dias antes  
66 do prazo máximo para finalizar esse procedimento no dia 28/07. Está convicta de que  
67 tudo isso ocorre de forma proposital, para não permitir o exame, discussão e diminuir a  
68 capacidade de alterar o procedimento. Se vê, como gestora, acuada em cumprir um  
69 procedimento burocrático, no dia 28/07 lançando no sistema. Aduziu que o contato com  
70 os outros Poderes ocorreu para buscar idéias quanto aos mecanismos a serem criados  
71 no enfrentamento desse cenário. O MP relatou que quando percebe que a cota não é  
72 suficiente, utiliza como estratégia uma diminuição do investimento, verificam o custeio  
73 do ano anterior, aplicam a correção legal, em média 10% para poder haver a  
74 manutenção dos contratos e colocam o valor do custeio corrigido. Para pessoal  
75 colocam um valor que não é o ideal, mas desse modo obriga uma folha suplementar.  
76 No caso da DPE existe um superávit que vem crescendo muito, principalmente em  
77 razão dos saldos orçamentários referentes aos períodos de 2011 e 2012. Caso o  
78 Executivo alegue não possuir recurso da fonte 100 e que a situação do Estado é de  
79 risco financeiramente ou que não houve crescimento da receita do Estado, pode-se  
80 argumentar que a DPE possui um superávit e que o Estado pode vir autorizar operação  
81 de abertura de crédito e transformá-lo em recurso orçamentário. Não adianta terem o  
82 dinheiro e não possuírem acesso ao mesmo. Entende que a DPE não deveria ter

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]* *Carla Braga*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

83 alimentado o crescimento desse superávit, pois problematiza para fim de incremento  
84 orçamentário tendo serventia tão somente de caixa para o Executivo. Aduziu que a  
85 cota estabelecida na forma informada baseou-se na LDO/2014, cálculo que prejudicou  
86 a DPE face aos entraves burocráticos no processo de execução orçamentária  
87 decorrente da autonomia ainda não efetivada. Utilizou-se como base de cálculo o  
88 período legal determinado, julho de 2013 à maio de 2014. Consignou que se  
89 observarem a folha nesse período, notarão que a base de cálculo da folha é um  
90 desrespeito à viabilização da gestão de uma Instituição ainda em processo de  
91 instalação. Ressaltou que de junho de 2013 à maio de 2014 o quadro não era sequer  
92 de 264 Defensores Públicos. Ademais, em razão da adequação e elevação de  
93 comarcas, somente em relação a esse procedimento impactará a folha no importe  
94 aproximado de meio milhão. Ressaltou essas questões para que todos se situem em  
95 relação à complexidade da problemática em tela. Atualmente existe um quadro em  
96 relação à ocupação de cargos, em 2015 Defensores Públicos poderão vir a ser  
97 promovidos. Haverá ainda incremento compulsório em custeio, a exemplo daqueles  
98 decorrentes da correção dos contratos com empresas de segurança, higienização,  
99 manutenção de equipamentos, assim como as correções das despesas fixas, a  
100 exemplo de água, energia elétrica e etc. Observou que em 2014 a cota de 163 milhões  
101 representou incremento inédito histórico. 2015 em 152 milhões surpreendeu  
102 negativamente face aquele incremento em 2014. O MP informou que tem conseguido,  
103 ano a ano, aumentar a sua cota por utilização daquela estratégia. Aduziu quanto a sua  
104 obrigação de apresentar a proposta orçamentária. Há estimativa de 25(vinte e cinco)  
105 aprovados do concurso de 2010 a serem nomeados até 2015. Acredita-se que não  
106 chegue a esse número os remanescentes com interesse de serem nomeados.  
107 Provavelmente serão menos, mas por questão de segurança estamos estimando a  
108 maior esse número. Na proposta a ser lançada consta a nomeação de 25 Defensores  
109 Públicos e os 59 cargos comissionados que esperam prover com a aprovação do plano  
110 de cargos e salários. Os novos Defensores Públicos quando chamados criarão um  
111 impacto em custeio, pois será necessário dar o mínimo de suporte, decorrente de  
112 despesas em custeio, pois esses terão que dispor de espaço para atendimento,  
113 computador... Por conseguinte, haverá aumento de diversas despesas, a exemplo de  
114 energia e água. Logo, a questão é delicada, tudo isso cria um impacto. A Presidente do  
115 CSDPE pediu que verificassem os valores em administração de pessoal e em cargos,  
116 117 milhões, uma vez que haverá necessidade de suplementação de recursos  
117 orçamentários para 2015, pois se feito o cálculo, observar-se-á que no 2º semestre  
118 haverá problemas. Espera que o gestor, o que é delicado porque sua gestão acaba em  
119 28 de fevereiro de 2015, caso o Estado não altere a sua posição alegue que não  
120 dispõe de receita, autorize abertura de crédito possibilitando o uso de recurso  
121 financeiro existente a título de superávit, de forma a transformá-lo em recurso  
122 orçamentário para 2015. Aduziu ter notícias de que o TCE não sabe o que fazer, pois  
123 sua redução foi de 40 milhões, maior e por conseguinte mais problemática do que o

*Juliana A. P. Braga*

*[Handwritten signatures and initials]*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

**CSDPE**

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

124 corte incidente em nossa Instituição. No caso do MP o incremento foi de 0,4%, embora  
125 tenham pedido 0,6%. A Presidente da ADEP Soraia Ramos Lima questionou qual a  
126 justificativa do Estado para a redução. A Presidente do CSDPE aduziu ter sido  
127 informada informalmente que a receita do Estado baixou. A Presidente da ADEP  
128 questionou o percentual, pois o Governador vive falando o contrário. A Presidente da  
129 ADEP aduziu que no ano anterior foi 0,45% do orçamento. A Presidente do CSDPE e o  
130 Conselheiro Subdefensor aduziram que o TCE não tem limite prudencial. O  
131 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu não existir limite prudencial, mas  
132 um percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal, chamada autonomia financeira.  
133 Aduziu achar absurdo em um ano tão complicado terem do Estado uma diminuição do  
134 orçamento. Que quando fez o pedido para o CSDPE e não foi encaminhado, buscou  
135 elementos para se subsidiar na sessão atual. Que por estar de férias teve condição de  
136 pesquisar bastante e aduziu sentir falta da Diretora de Orçamento na sessão, pois no  
137 ano anterior a mesma esteve presente para responder aos questionamentos. A  
138 Presidente do CSDPE aduziu ter formulado a proposta de orçamento na noite anterior,  
139 conjuntamente com as Diretorias Geral e Orçamentária. O Conselheiro Clériston  
140 Cavalcante de Macedo consignou que fará questionamentos e acredita que a  
141 Presidente do CSDPE não poderá respondê-los. Aduziu ter feito uma evolução  
142 histórica dos orçamentos da DPE de 2007 à 2014 e que todos tiveram um aumento ou  
143 ao menos uma reposição do índice inflacionário, sendo o menor índice o de 2013 que  
144 foi de 4%, mas também já tiveram de 6%, 17%, 24%, 30% e de 74% de aumento em  
145 2010. A Presidente do CSDPE aduziu que antes o orçamento era muito pequeno. O  
146 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo consignou que a DPE também era menor  
147 e tinha menos servidores e Defensores Públicos, logo era proporcional à estrutura que  
148 dispunham à época. Aduziu que a Presidente do CSDPE sabe, enquanto gestora, que  
149 não basta ter dinheiro, mas tem que saber e poder executar. Que se referiram ao  
150 superávit como algo ruim, mas ao menos têm esse valor a que podem lançar mão, já  
151 que o Estado deve autorizar sair do financeiro e retornar ao orçamento da Defensoria,  
152 já que não devolvem. Questionou qual seria a justificativa do Estado se em 2010  
153 também foi ano político e o mesmo Governador aumentou 74% no orçamento da DPE  
154 que saiu de 56 milhões para 98 milhões em 2010, e em relação a 2011 saiu de 98  
155 milhões para 103 milhões. A Presidente da ADEP questionou o percentual sobre o  
156 orçamento. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que muito se  
157 confundem e que o orçamento é de acordo com a receita líquida do Estado, logo se  
158 aumentar a receita líquida pode diminuir a cota, mas não significa a diminuição do valor  
159 bruto. Têm que saber se a justificativa do Estado é plausível, até para contra  
160 argumentar, pois se o Governador vai à televisão e fala para todos que houve aumento  
161 na receita líquida, não poderia dizer outra informação para a DPE. A Presidente do  
162 CSDPE aduziu ser essa situação fruto da aberração da base de cálculo que  
163 estabeleceram. A cota foi projetada pelo efetivamente liquidado de junho de 2013 a  
164 maio de 2014. Logo se projetado tomando como referência esse período implicará em

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'G. P. Braga' and other illegible marks.*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

**CSDPE**

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

165 corte em relação ao exercício do ano anterior. O Conselheiro Clériston Cavalcante de  
166 Macedo aduziu que a alternativa utilizada em relação ao orçamento de diminuir o  
167 pessoal, pois é o que o Governo sempre dá um valor para suplementar, desde 2007  
168 até o ano passado, pois há o aumento linear que eles não sabem quanto é em janeiro e  
169 sempre autorizam, apenas não autorizam suplementar o orçamento em custeio e  
170 investimento. Que sempre autorizam em pessoal, pois quando chega no mês de agosto  
171 precisam para pagar o 13º. A Presidente do CSDPE consignou que havia o concurso  
172 de 2010, homologado em 2011, por conseguinte a partir da homologação a DPE teria  
173 que ter começado a nomear Defensores Públicos, pois tendo a DPE superávit, teria  
174 que ter pressionado a sua liberação para abertura de crédito e utilizado esse recurso  
175 para incremento da folha, e por consequência do orçamento. O Conselheiro Clériston  
176 Cavalcante de Macedo aduziu que houve liberação para nomeação dos primeiros  
177 Defensores Públicos do ano de 2010, na gestão passada. A Presidente do CSDPE  
178 aduziu que foram apenas 31 Defensores Públicos. O Conselheiro Clériston Cavalcante  
179 de Macedo consignou ter havido inflação e não ter ocorrido sequer a correção da  
180 inflação, então houve decréscimo do orçamento. A Presidente da ADEP questionou o  
181 percentual. O Conselheiro Subdefensor Público Geral consignou que o Estado ainda  
182 não definiu o orçamento dele. Que são etapas de propostas e depois parte para a  
183 aprovação após o dia 28 de julho, quando todas as Secretarias dos Poderes até essa  
184 data têm que enviar suas propostas. Que apenas a partir disso o Estado fará o  
185 orçamento global. A Presidente da ADEP aduziu que no ano anterior, quando estavam  
186 negociando a questão da derrubada do veto, coletaram esse dado para mostrar quanto  
187 seria aumentado e que isso foi antes da aprovação. O Conselheiro Subdefensor  
188 Público Geral aduziu que foi em projeção. A Presidente da ADEP aduziu que a  
189 Defensoria Pública não mudou, então a projeção foi igual. O Conselheiro Subdefensor  
190 Público Geral consignou que na projeção normalmente se utiliza o executado do ano  
191 anterior. A Presidente do CSDPE consignou que o Estado considera o que  
192 efetivamente foi executado. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que por  
193 isso o superávit é um dinheiro sem fundo, é uma falsa idéia de que é bom para  
194 Instituição. A Presidente da ADEP questionou qual percentual do Estado equivalem os  
195 cerca de 150 milhões. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu não saber o  
196 global do Estado, pois o mesmo só vai fechar depois que todos os Poderes  
197 encaminharem suas propostas. A Presidente da ADEP aduziu que no ano anterior os  
198 163 milhões equivalem a 0,45% da receita líquida do Estado, pois fazem uma projeção  
199 e quando fecham a variação não é tão grande. A Presidente da ADEP aduziu que a  
200 Diretora de Orçamento deve ter esse dado, pois no ano anterior também não era  
201 fechado e, Dra. Mônica Lujan, a Diretora de Orçamento à época, apresentou. A  
202 Presidente do CSDPE consignou que a Administração Superior irá oficializar a SEPLAN,  
203 demonstrando a sua insatisfação, inconformismo, e irresignação em relação à cota  
204 informada, inclusive, apontando que têm um terreno doado, em Vitória da Conquista, e  
205 que precisam construir sob pena de perda, em razão de cláusula estabelecida no

*Clériston Cavalcante de Macedo*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

206 instrumento de doação. A Presidente da ADEP aduziu que essa construção estava  
207 prevista no orçamento do ano anterior e que foi aprovada pelo Conselho Superior. A  
208 Presidente do CSDPE aduziu que a construção estava apontada no orçamento, mas  
209 não havia recurso financeiro-orçamentário. Que a situação é como a de agora, quando  
210 estão apontando 25 novos Defensores Públicos e não possuem recurso orçamentário e  
211 financeiro suficiente previsto. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão  
212 aduziu que ano anterior pediram que o orçamento fosse detalhado e marcaram nova  
213 reunião e, já com o detalhamento, foi aprovado. O Conselheiro Clériston Cavalcante de  
214 Macedo consignou que não poderia ter sido colocada numa proposta a construção de  
215 uma sede sem que houvesse orçamento. Que o dinheiro pode não ter sido utilizado  
216 para esse fim, mas que havia a previsão. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva  
217 questionou se a nomeação de novos Defensores está condicionada a suplementação.  
218 O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que toda a folha de pagamento será  
219 mediante suplementação. A estratégia é relocar mais recursos para custeio e  
220 investimento, porque não conseguem tirar da fonte. Que a receita que possuem é o  
221 fundo, mas este arrecada pouco. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva questionou  
222 se há a possibilidade de nomear novos Defensores Públicos no início do ano e  
223 suplementar depois. A Presidente do CSDPE aduziu que buscam isso. O Conselheiro  
224 Gil Braga de Castro Silva questionou se a proposta apresentada já prevê isso. O  
225 Conselheiro Subdefensor Público Geral consignou que a proposta contempla, mas  
226 levando em consideração a suplementação, não recurso próprio. O Conselheiro  
227 Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que isso sempre aconteceu, o que não quer  
228 dizer que é certo e já disse o porquê de acontecer. Que ocorre por conta de promoção,  
229 substituição automática excepcional, férias e licença maternidade, que seria pessoal,  
230 além do aumento linear que o Governo dá e tem uma perspectiva, mas não sabe o  
231 valor correto. O Conselheiro Subdefensor Público Geral consignou que isso não os  
232 afeta, pois como é o próprio Estado que concede ele tem que suportar. A Conselheira  
233 Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão aduziu que é uma justificativa para o Estado  
234 suplementar. O Conselheiro Subdefensor Público Geral consignou ser uma  
235 suplementação fictícia. A Presidente do CSDPE consignou que o fato de terem  
236 nomeado 44 Defensores Públicos, já foi um ganho para a Instituição, porque majorou a  
237 folha. Aduziu que isso é política de pressão, pois com nomeações há impacto na folha.  
238 Ressaltou que desse modo não há como no ano seguinte haver corte. A Presidente da  
239 ADEP aduziu que houve um parcelamento para haver o superávit e que foi aprovado o  
240 orçamento com aumento na folha em janeiro, mas só ocorreu em abril. Que houve  
241 também a previsão de promoção que não ocorreu. Questionou então se essa "sobra"  
242 vai possibilitar serem chamados novos Defensores Públicos no ano corrente. A  
243 Presidente do CSDPE aduziu que serão chamados alguns. O Conselheiro Subdefensor  
244 Público Geral aduziu que não sabem o número ainda, em razão do escalonamento. A  
245 Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão questionou se então a previsão  
246 é que chamem mais alguns Defensores ainda esse ano. A Presidente do CSDPE

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

247 respondeu afirmativamente. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo consignou  
248 que conseguiu pelo FIPLAN o acesso à execução orçamentaria, desse ano, da DPE.  
249 Que observou mais pessoal, pois custeio e investimento estão sendo executados pela  
250 Administração. Que em relação a pessoal foi previsto o valor de 124 milhões e que até  
251 junho passado a Administração só havia gastado 53 milhões, logo existem 71 milhões  
252 que provavelmente a Administração não irá precisar esse ano. Que do orçamento de  
253 163 milhões aprovados pelo Conselho, só foram executados 53 milhões. O Conselheiro  
254 Subdefensor Público Geral aduziu que a projeção do que já foi executado hoje é  
255 chegar em 124 milhões, com uma sobra de aproximadamente 2 milhões. O  
256 Conselheiro Clériston aduziu ter observado que, em relação aos 59 cargos de  
257 comissão, como a lei não foi aprovada, o dinheiro foi colocado no orçamento, mas não  
258 foi executado. Com relação às metas, seria bom a Diretora de Orçamento estar  
259 presente para saber as metas já alcançadas e quais ainda poderão ser alcançadas,  
260 pois, de acordo com a projeção feita pelo mesmo, não irão executar os 163 milhões e  
261 haverá uma sobra no orçamento do ano corrente. A Presidente do CSDPE e o  
262 Conselheiro Subdefensor Público Geral consignaram que acreditam que não haverá  
263 sobra. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão questionou quanto já  
264 foi executado até o momento. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva consignou que  
265 54 milhões foram executados. O Conselheiro Subdefensor Público Geral questionou se  
266 o Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo recebeu a planilha e o mesmo  
267 respondeu afirmativamente. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que a  
268 projeção é um déficit de cerca de 100.000 reais e que para um orçamento é irrisório,  
269 quase nada. A projeção não traz superávit, ao contrário, acarreta em déficit. O  
270 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu não estar falando apenas de  
271 pessoal. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu não estar falando apenas de  
272 pessoal, mas também de custeio e investimento. A Presidente do CSDPE aduziu que o  
273 pensamento da Administração é de ainda chamar novos Defensores e que isso irá  
274 impactar a folha de pessoal. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo consignou  
275 que o que quer dizer e talvez não esteja sendo claro, é que determinados valores que  
276 foram previstos para esse ano com relação a pessoal não foram executados. Pediu  
277 para não ser interrompido pela Presidente do CSDPE e aduziu que a mesma ao se  
278 justificar corta o seu raciocínio. Aduziu que a Presidente do CSDPE tem que justificar  
279 mesmo, já que não está presente a servidora responsável pelo orçamento e na medida  
280 do possível será a Presidente do CSDPE quem tentará responder. Consignou que teve  
281 o cuidado de ler a LDO aprovada no dia 11 de julho e que, no art. 31, fala na data de  
282 28 de julho para encaminhar. Que teve o cuidado também de observar a execução  
283 orçamentária através do FIPLAN, que é o sistema que tem noção de todo orçamento  
284 do Estado, Secretarias e Instituições. Que não teve tempo de avaliar por completo e  
285 por isso foi mais para o pessoal, que era o que lhe chamava atenção por conta de  
286 rubrica fechada, que não é ilegal, mas não é razoável tirar dinheiro de pessoal para  
287 colocar em investimento ou custeio. Observou que determinados valores em relação a

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name Gil Braga.*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

288 pessoal não serão executados, como 59 cargos de comissão que não foram  
289 implementados. Então esse dinheiro não vai ser utilizado para aquilo que foi previsto  
290 esse ano, sendo que a Administração poderá utilizar para outra demanda, como mais  
291 Defensores, por exemplo. Aduziu ter visto que até junho do ano corrente 41% do  
292 orçamento foi executado e por isso chegou a ilação de que se até junho gastaram 41%  
293 do orçamento global, e, tendo em vista que ocorrerá empenho apenas até 17 ou 18 de  
294 dezembro, por ser um mês curto, talvez não cheguem a 100%, embora a Presidente do  
295 CSDPE diga que irão ultrapassar. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo  
296 aduziu que a projeção é que se metade do ano foi 41%, o restante talvez não seja  
297 100%. O Conselheiro Subdefensor Público Geral respondeu que a conta não ocorre  
298 dessa forma. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo consignou que buscou  
299 ver as metas que não foram alcançadas dentro do orçamento aprovado pelo CSDPE e  
300 percebeu que não foi implementado o ticket alimentação que é custeio, bem como não  
301 foi implementado o início do projeto da sede de Vitória da Conquista. Que o orçamento  
302 aprovado teve validade a partir de janeiro, mas o concurso REDA foi realizado apenas  
303 em julho, com provável posse em agosto e pagamento em setembro. Desse modo a  
304 DPE ficou de janeiro à setembro sem executar o dinheiro de pessoal correspondente  
305 ao REDA. Que a previsão era de 7 milhões, com gasto de apenas 2,5 milhões até  
306 junho do ano corrente. A Presidente do CSDPE e o Conselheiro Subdefensor Público  
307 Geral esclareceram que nesse caso há apenas substituição de servidor. O Conselheiro  
308 Clériston Cavalcante de Macedo consignou que para corroborar com o que havia  
309 verificado, leu e imprimiu a reportagem colocada pela Administração no site no dia  
310 anterior, justificando as dificuldades encontradas na gestão em razão do controle  
311 externo e da falta de pessoal para viabilizar a execução orçamentária. Que isso não é  
312 nenhuma surpresa, pois sempre foi dessa forma. Que a Presidente do CSDPE, para  
313 sua surpresa, aduziu que irá buscar, até por conta da iniciativa de lei, a aprovação da  
314 lei de servidores. Que passaria pelo Conselho e perguntou na sessão passada se  
315 haveria a possibilidade de colocar, na readequação das comarcas, assistente social e  
316 psicólogo de núcleo psicossocial, pois não tem noção de que lei é essa e, enquanto  
317 Conselheiro, se lhe perguntarem não saberá responder. Que vê as dificuldades que a  
318 Presidente do CSDPE, enquanto gestora, está enfrentando. Que isso, de certa forma,  
319 corrobora com os números do FIPLAN e a dificuldade de executar o orçamento. Que  
320 esta informação está no site. A Presidente do CSDPE aduziu ser dificultoso o processo  
321 de execução orçamentária por fatores externos diante da falta de estrutura meio e  
322 depender da SAEB em muitos procedimentos para tal. Estrutura meio dará efetividade  
323 a autonomia Administrativa, inclusive com a confecção da folha de pagamento, pois  
324 tendo uma estrutura meio, terão um sistema organizado e independente da SAEB. A  
325 DPE/BA ainda utiliza todo o sistema que é imposto à administração centralizada  
326 através da SAEB, e isso acarreta em prejuízos a execução dos recursos  
327 orçamentários. Destaca a implantação do FIPLAN no ano anterior, processo esse que  
328 dificultou a execução orçamentária por causa de um sistema que ainda se encontrava

*Clériston Cavalcante de Macedo*  
*Clériston Cavalcante de Macedo*